



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº 3010/2024

Aos vinte três dias do mês de outubro de dois mil e vinte quatro, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual Zoom, sob a presidência de **ANTÔNIO CARLOS ZAGO**, Conselheiro Titular, Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON e 1º Vice-Presidente, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

Denise Pacheco Till Campos (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**; Fernanda Brito da Silveira (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDET**; Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; Bruno Beltrame (Titular), **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**; e João Júlio (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:

Jussara Kalil Pires (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Ricardo Vellinho Ruschel (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Fernando Campos Costa (Titular), **Amigas da Terra**; Paulo Bins Ely (Titular), **CRECI**; Diogo Ferreira Schiaffino (Titular), **SERGS**; Jorge Larre Lopes (Titular), **STICC**; Ana Cláudia Narvaez Bestetti (Titular), **Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL-POA**; Antônio Carlos Zago (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Daniela Beling Pinheiro (Titular), **OAB-RS**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Vanessa Silva Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**;

Wagner Pereira dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5;**
Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6;**
Cacilda Correa S. Chaves (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7;**
Eldir José Gazzola Antonini (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP.**
8; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática de Habitação, Organização da**
Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA.

SECRETARIA EXECUTIVA:

Gabriela Brasil, **Secretária Executiva da SMAMUS;** e Patrícia Costa, **Taquígrafa/Tachys**
Graphen.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações;

3. Votação de atas;

4. Ordem do Dia.

Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, às 18h10min.

1. ABERTURA;

Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –
SINDUSCON: Boa noite a todos os conselheiros e conselheiras. Vamos dar início a mais uma
reunião do Conselho do Plano Diretor. Esta reunião é especial, em que será feita a
apresentação, por parte do consórcio, a apresentação do projeto sobre estudos urbanísticos,
sociais, econômicos e ambientais, visando a implementação da Operação Urbana Consorciada,
Avenida Ipiranga. Mas, antes, Gabriela, por favor, pode fazer a chamada para ver se temos
quórum, se podemos iniciar? **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente,**
Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS: Sim, Presidente. Boa tarde/boa noite. Só
autorizando aqui algumas pessoas, mas já vou proceder com a chamada e, se, por acaso, algum
nome não for falado, por favor, como de costume, nos avisem ali no chat que eu registro as
presenças. Então, fazendo a chamada: [Relação dos presentes na inicial]. **Antônio Carlos**
Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: OK.
Então, vamos em frente. Quem pretende usar da palavra no período de comunicações, por

favor, se inscrever, que, em seguida, nós vamos passar a palavra. E tem uma comunicação externa, Secretária? **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Isso. Nós temos a Delegada Michele, que está inscrita na forma externa, e temos dois conselheiros inscritos para a comunicação interna. Então, posso encerrar, Presidente, as comunicações internas? **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** É. Na verdade, vamos começar. Sim, encerre as inscrições e vamos começar. Vamos passar a palavra para a Delegada Michele, para que faça, em 5 minutos, por favor, a sua comunicação.

2. COMUNICAÇÃO;

Michele Rihan (Delegada), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8: Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente Zago. Uma surpresa que o senhor ainda esteja aí ocupando esse espaço do CMDUA, porque, desde a última vez que eu vim aqui, faz tempo já, o Secretário Germano Bremm abandonou o CMDUA. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Não, ele tem vindo, só que, quando ele precisa ter agenda externa, eu o substituo. Mas ele esteve, inclusive, na reunião passada. **Michele Rihan (Delegada), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Perdi, perdi a oportunidade. Bom, lastimavelmente, Presidente, aqueles e-mails que eu mencionei que foram enviados para a prefeitura, de moradores de Belém Novo, demandando ações urgentes da Secretaria do Meio Ambiente, não foram respondidos até o momento. Foram enviados lá em julho e, posteriormente, em setembro. Até hoje, não temos resposta. Eu não posso me furtar, como delegada eleita aqui pela região, de mencionar, assim, fazer um pequeno resumo do que tem sido a gestão ambiental, sob a Secretaria do Meio Ambiente, na condução do Secretário Germano Bremm e do atual Prefeito Sebastião Melo. Porto Alegre está um horror. Porto Alegre está um horror. Belém Novo, nós estamos pulando as valetas, com esgoto que transbordam, desde maio, ininterruptamente. Problemas que são conhecidos há 10 anos, que eu trago ao conhecimento aqui, que é uma questão de dano ambiental gravíssimo, que a prefeitura vem se omitindo faz muito tempo. Toda a destruição que nós tivemos aqui, numa área de APP, às margens do Guaíba, não estamos tendo resposta nenhuma, por parte da Secretaria do Meio Ambiente, para tomar as ações necessárias, sendo que a prefeitura recebeu verbas para

88 recompor áreas de mata ciliar, de área de preservação permanente, e eu venho demandando
89 isso, e o secretário nem aqui está para ouvir. Eu fiquei lembrando que se cogitara botar um
90 letreiro em Porto Alegre, num morro. Olha que absurdo uma proposta estúpida, ignorante, de
91 péssimo gosto dessa coisa brega. Estão, transformando Porto Alegre numa coisa brega, numa
92 cidade brega horrorosa. Eu ando dirigindo, de noite, assustada com os luminosos que nós
93 estamos vendo na rua, dispendendo energia, quando nós temos que guardar energia. Nós não
94 podemos despende energia. E essa prefeitura autoriza luminosos que afetam a visão das
95 pessoas, na noite, que atrapalham o ir e vir, no passeio público; um absurdo, um absurdo, um
96 monte de luminosos, luminosos de dia, gastando luz. A única coisa que nós tínhamos, que,
97 pelo menos, ver essa prefeitura fazendo, que era tentar reduzir o número de veículos
98 circulando na rua, que é responsável lá por mais de 60% da poluição e dos gases de efeito
99 estufa, isso a gente não vê a prefeitura fazer. Vê a prefeitura expandindo a cidade, fazendo as
100 pessoas circular de veículo privado para cima e para baixo, e a cidade, aí, nós respirando
101 fumaça da Amazônia e fumaça daqui dos carros, ou vocês não vivem na mesma cidade que eu?
102 Sinceramente, este conselho aqui chega a ser, assim, doentil. Nós vamos transformar Porto
103 Alegre na cidade que vai ter mais shopping center por metro quadrado. Está destruindo a sua
104 vegetação urbana, está reduzindo os parques, está reduzindo a vegetação nas praças, não cria
105 unidade de conservação, não amplia unidade de conservação, não protege área de preservação
106 permanente. Que cidade é essa que nós estamos construindo? E os senhores aqui são muito
107 responsáveis, porque, por aqui, passam todas as autorizações para construir esses monstros.
108 Queriam construir um monstro do lado do Museu Júlio de Castilhos, ainda teve que a justiça
109 intervir. Queriam construir um monstro em Belém Novo, urbanizar um banhado gigantesco.
110 Era um monstro. A justiça teve que intervir mais de uma vez. Então, os senhores me
111 desculpem, as senhoras me desculpem, mas o que este conselho está fazendo hoje, e se vai se
112 falar de Avenida Ipiranga, com esgoto que a gente vê em Porto Alegre, a céu aberto, a cidade
113 fétida, a cidade está fétida, cheia de lixo nas ruas. Nós temos que tratar disso, de ter uma
114 cidade saneada. Eu estou chocada. Eu vou ser honesta com vocês, eu estou chocada. Estou
115 chocada de ver o rumo que a cidade está tomando, e todos nós aqui somos responsáveis. Eu,
116 pelo menos, não me furto de dizer aquilo que eu vejo, que as pessoas que vivem na cidade que

117 eu vivo vêem também. Agora, se vocês acham que desenvolvimento é luminoso ligado de dia,
118 é carro para cima e para baixo, é pavimentar orla, é acabar com a vegetação... Realmente,
119 Presidente, está complicado Porto Alegre. É uma cidade muito complicada, muito mal gerida,
120 muito mal gerida. Péssimos interesses estão definindo o destino de Porto Alegre. Muito
121 obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
122 **SINDUSCON:** OK. Obrigado, conselheira. Esse é o espaço democrático. Quem tem opinião
123 pode dá-la, e nós a aceitamos, consignamos e respeitamos. Nas comunicações internas, quem
124 está inscrito, Secretária? **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente,**
125 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro Felisberto e o Conselheiro Jackson
126 estão inscritos, e o conselheiro Gomes está pedindo inscrição. **Antônio Carlos Zago**
127 **(Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Pois não. Vamos
128 começar, então, com o Conselheiro Felisberto, depois o Gomes, depois o Jackson. **Gabriela**
129 **Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
130 **SMAMUS:** Depois o Gomes. E depois o Conselheiro Emerson também está pedindo
131 inscrição. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
132 **SINDUSCON:** OK. Vamos encerrar, porque, se não, nós vamos passar a noite toda. **Gabriela**
133 **Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
134 **SMAMUS:** Conselheiro Fernando pediu neste instante. Encerrados, então. Conselheiro
135 Felisberto com a palavra. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da**
136 **Construção Civil – SINDUSCON:** Só um instantinho, Conselheiro Felisberto. Nós vamos
137 respeitar esses 2, 3 minutos, para que a gente possa usar o tempo possível, todo o tempo
138 possível, para nós vermos a apresentação, pode ser? Posso contar com vocês? **Felisberto**
139 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, tranquilo.
140 Presidente Zago. Eu queria, primeiro, agradecer a preocupação com a minha filha. Quero
141 informar que ela está bem, já se encontra no quarto, uma cirurgia muito exitosa. E, assim, eu
142 agradeço à equipe do Cardiologia, as enfermeiras, os médicos, a assistente social, a
143 fisioterapia. Então, para mim, foi um momento de muita preocupação, mas está bem, reagindo
144 bem. Então, para mim, é um momento de felicidade. Mas, ao mesmo tempo, essa felicidade vai
145 um pouco ao encontro do que a Michele falou, a preocupação com a nossa cidade, a

voracidade da especulação com as áreas públicas. O projeto que, a semana que vem, eu farei o parecer, exatamente discute que cidade nós queremos para o futuro, que cidade nós queremos, com a mobilidade urbana, com a questão da infraestrutura, com a questão do saneamento básico. É uma cidade que a gente precisa trabalhar com a cidade para as pessoas. Nós temos que ver a paisagem urbana. E eu me preocupo muito com isso, com a paisagem urbana da cidade, que, aos poucos, está sendo transformada e, daqui a pouco, nós não veremos mais os morros da cidade que contornam a cidade, que são referência de equilíbrio ambiental, muito bem falado pela Delegada Michele. Então, é um momento que a gente tem que refletir: que cidade nós queremos? Não podemos flexibilizar as alturas de maneira, assim: “Ah, vamos flexibilizar”. Mas como, assim, flexibilizar? Será que a infraestrutura urbana aguenta essa flexibilização, esse adensamento? Nós temos algum estudo de impacto de vizinhança? As pessoas que moram no entorno têm sido ouvidas, têm conseguido falar? Já estou concluindo. Então, é um momento da gente pensar que cidade nós vamos construir, vamos legar para as gerações futuras. Era isso, obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Agora, inscrito o Conselheiro Jackão. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Presidente Zago, demais colegas. Prazer revê-los novamente. Eu venho aqui para compartilhar uma alegria de uma luta dos nossos colegas da Região Norte do OP, que se articularam muito bem para atender uma demanda de uma linha de ônibus. Uma coisa que parece simples, mas uma linha de ônibus para aquela região lá era uma necessidade. Inclusive, na realidade, são três, três novas linhas aí. É o Loteamento do Bosque e nós temos, agora, a Região Norte, Eixo Baltazar, das quais eu represento aqui com muito orgulho e satisfação. Hoje, nós temos uma linha diretamente para a Orla, no final de semana, tanto da Eixo quanto da Norte, que foi uma conquista também da turma que trabalha junto lá. É isso, não vou me alongar, a pedido do nosso presidente Zago, para nós poder aproveitar ao máximo essa apresentação que vem pela frente. Muito obrigado. Boa noite para nós. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, Conselheiro Jackão. Na sequência, o que temos? **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

175 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheiro Gomes, já com a palavra. **Luiz Antônio**
176 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Lhe desejo
177 muita inspiração para tocar esse grupo aí, como sempre tem feito. Tá ficando mais tarimbado
178 que o Germano. Te cuida, Germano! [Risos]. Vai ter novo prefeito aí agora, ou o mesmo, mas
179 com outros ares daqui a pouco. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias**
180 **da Construção Civil – SINDUSCON:** Não, não. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
181 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tem um ditado que diz o seguinte:
182 “Quem cala consente”. Eu não calo frente aos absurdos, às bobagens, às asneiras que essa
183 pessoa aí veio falar agora, querendo chamar a atenção dos conselheiros que estão
184 transformando esta cidade, não sei no quê, não sei no quê. Esta cidade está no momento
185 fantástico de renovação. Esta cidade jogou para fora os preconceitos, enterrou os
186 “caranguejos” e nós estamos com uma série de projetos que, realmente, estão mudando o perfil
187 de Porto Alegre. Com muito orgulho, no acento que eu tenho aqui no conselho, vamos lutar
188 para isso, junto com quem tem essa visão progressista de uma cidade moderna, uma cidade
189 que, em, digamos assim, 4, 5 anos, se modernizou, se renovou, como há 50 anos não se fazia,
190 tá? Meus parabéns ao grupo da prefeitura que está aqui, que é muito responsável por essas
191 inovações, aos empreendedores que têm seus representantes aqui dentro e vamos em frente.
192 Boa reunião para nós todos. Obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das**
193 **Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Muito bem, endosso as palavras com
194 relação à equipe que está trabalhando na prefeitura, nos projetos urbanos da cidade, toda a
195 equipe, muito eficiente, muito eficaz. De fato, está transformando, na minha modesta opinião,
196 para melhor a nossa cidade. Mas aceitamos as críticas, porque são, também, acolhidas no
197 sentido de aprimorar aquilo que estamos fazendo. Na sequência, então, por favor, conselheiro
198 Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), HOCDUA - Temática de Habitação,**
199 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental:** Boa noite, Presidente,
200 conselheiros. Aqui ouvindo as manifestações preliminares aí, iniciais. O conselho tem esse
201 papel dos empreendimentos de segundo grau, da excepcionalidade. Tem essa finalidade dentro
202 do conselho. Nós somos responsáveis por todas as ações, com certeza, mas não vamos deixar
203 uma cidade ficar estagnada, porque ela vem numa tomada de renovação, e só não vê quem não

quer. Então, a gente tem que colocar isso. E, como eu falo, já falei em outro momento, se a representante do Belém Novo lá, que é a Michele, se acha tão importante na participação dentro do conselho, por que não colocou o nome para concorrer quando teve eleição? A gente tem que estar preparado para tudo e tem que participar. Quer participar tanto do conselho, coloca o nome lá, na Região de Planejamento Oito. Então, a gente tem que deixar bem claro isso. E quero parabenizar, também, aí, Zago, pela condução dentro do conselho, e a gente tem que tocar. A cidade precisa de investimento, precisa de infraestrutura e precisa de pessoas que queiram fazer uma construção de renovação dentro do nosso município. Obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, Conselheiro Emerson. Por último, o Conselheiro Fernando. **Fernando Campos Costa (Titular), Amigas da Terra:** Boa noite a todos e todas. Então, mais uma vez, estamos aqui no conselho do Plano Diretor e, mais uma vez, manifestar o sentimento em relação à plenitude deste conselho, por não ter as nossas reuniões presenciais. Então, reforço, novamente, a importância desse espaço presencial, para que a gente possa ter um debate pleno em relação às discussões. Muito se perde nesse híbrido. Gostaria de reforçar o nosso papel ao contraditório, sendo que o governo tem maioria, o setor da especulação imobiliária, da construção civil, tem maioria nesse conselho. Então, a gente tem aqui um papel de, realmente, não deixar a coisa não ser alertada, não ser trazidas as informações e o que acontece. Então, a gente está vendo hoje, a gente amanheceu com denúncias de um veículo de comunicação pública dizendo do vínculo das soluções da reconstrução da cidade ao setor empresarial. E acho que sim, acho que os conselheiros que falaram antes de mim estão, têm um processo em andamento, mas que não leva em consideração a maioria da população, leva em consideração os interesses empresariais de um grupo seleto de amigos do rei, que garantem as suas obras, os seus processos e a gente está, realmente, o comando da cidade está condicionado a esses interesses do lucro e não da boa cidade, do bem viver na cidade. Acho que é importante se o conselho tiver essa clareza do qual o papel. Não é só aprovar projeto especial, é discutir a cidade. Nós não temos espaço para isso, para os conselheiros colocar as ideias, trazer as ideias das regiões de planejamento, até porque as regiões, muitas, não têm reunião. Então, o conselho não existe e, quando o conselheiro coloca que a Michele poderia ter participado, a

Michele participou, a Michele é delegada. Ela é parte constante deste conselho. Os delegados estão aleijados de participação do conselho, porque as regiões não têm reuniões. Então, é muito importante que a gente tenha essa compreensão da responsabilidade dos conselheiros das regiões de ter o seu encontro divulgado e poder ter essa atividade. Então, é isso. A gente precisa discutir, ter um tempo nesse conselho para discutir quais são todas as ações, o que está no regimento interno que nós temos que fazer. Hoje, a gente não está discutindo isso. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado. Eu só queria deixar consignado que não é do conselho ter partes, facções ou partes, empresário, esse, aquele. O conselho é feito por entidades de classes, por pessoas que representam essas entidades de classes, que são cidadãos porto-alegrenses, que têm opinião, que têm interesse que a cidade fique da melhor maneira possível. Então, assim, essa questão de uns contra os outros, eu acho que, se isso existe, não deveria existir. Nós temos que ter um pensamento comum de querer uma Porto Alegre cada vez melhor e contribuirmos nesse sentido. Eu acho que é isso que nós, esse é o grande papel do conselho, estar atento a tudo o que acontece e procurar sempre o melhor, e, especialmente, criar o ambiente melhor possível entre os conselheiros, mesmo que tenhamos opiniões contrárias, mas um ambiente de construção. É isso que é importante para nós. A pauta do dia. Podemos passar para a pauta do dia, secretária? **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Sim, podemos, Presidente.

4. ORDEM DO DIA:

Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Hoje nós não estamos no mesmo ambiente. Eu tenho que estar pedindo licença para a secretária, assim, quando eu não estou presente. Quando nós estamos juntos, no mesmo ambiente, eu estou toda hora pedindo licença para ela, se eu posso. Agora aqui, eu tenho que declarar, na frente de todo mundo. [Risos]. Então, assim, nós temos uma pauta única, que é a apresentação dos estudos, como eu falei no início da reunião, a apresentação do projeto de estudos urbanísticos, sociais, econômicos e ambientais, visando a implementação da Operação Urbana Consorciada na Avenida Ipiranga. Eu vou deixar, vou chamar e pedir que a Arquiteta Rovana Reale Bortolini, Diretora da DPPS e coordenadora do projeto, faça a introdução, uma

introdução e a apresentação, então, do consórcio que, depois, vai fazer a apresentação do projeto propriamente dito. Arquiteta Rovana, com a palavra. **Rovana Reale Bortolini, Diretora da DPPS:** Obrigada, Zago. Boa tarde a todos. Então, é com grande satisfação que hoje a gente dá início a este encontro, que tem como objetivo apresentar o andamento dos estudos para a implementação da Operação Urbana Consorciada da Avenida Ipiranga, e, também, para compartilhar a proposta para eliminar, que foi elaborada pelo Consórcio Regeneração Urbana Dilúvio. É importante salientar que esse consórcio foi contratado por meio de uma licitação pública e os trabalhos estão sendo desenvolvidos sob a coordenação da SMAMUS. E, hoje, a gente está aqui para escutar vocês. Esse é um espaço aberto para vocês, conselheiros, que são atores estratégicos e as suas contribuições são fundamentais para esse aprimoramento do trabalho que a gente está desenvolvendo. Esse encontro, ele, também, se insere num processo maior de diálogo, sendo uma conversa preparatória para as consultas públicas que nós realizaremos em dezembro, que vai ser um momento onde a gente vai abrir esse debate para toda a população. Esse trabalho vem sendo desenvolvido e ele abrange estudos urbanísticos, sociais, econômicos, ambientais, sempre tendo como foco a despoluição do Arroio Dilúvio e a valorização das áreas públicas e ambientais. Por meio desse instrumento urbanístico, a gente busca, então, transformar estruturalmente o território, melhorar a qualidade de vida e valorizar, ambientalmente, essa área que é tão emblemática da nossa cidade. Ao longo dos próximos meses, nós seguiremos com os estudos aprofundados, considerando todo esse equilíbrio entre as dinâmicas urbanas e a preservação das características locais, ali, do entorno da Avenida Ipiranga. Muito obrigada, pessoal. E, agora, eu vou passar a palavra para o consórcio para dar início à apresentação. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Só antes, Arquiteta Rovana, só um instantinho. Vai ser feita a apresentação e quem tiver algum questionamento, alguma dúvida, alguma pergunta a ser feita, vamos deixar para o final, que anotem as suas dúvidas, seus questionamentos, depois, no final, a gente faz uma rodada de conversação para que nós possamos ver a exposição como um todo. Obrigado, então. Com a palavra, pessoal do consórcio. **Rovana Reale Bortolini, Diretora da DPPS:** Acho que é o Marcelo que vai falar. **Marcelo Ignatios, Consórcio Operação Urbana Arroio Dilúvio:** Boa

291 noite, boa noite a todos. Obrigado, Presidente, Secretária, Rovana, pelas palavras aí, fazendo
292 essa coordenação técnica, por parte da SMAMUS. Eu vou compartilhar uma tela para poder
293 dividir com vocês um pouquinho da pauta do dia. Bom, eu sou Marcelo Ignatios, eu sou
294 arquiteto e urbanista, faço a coordenação geral aqui dos estudos e propostas para a Operação
295 Urbana Consorciada da Avenida Ipiranga. Nós estamos fazendo esse trabalho já há 1 ano,
296 completamos 1 ano este mês. É um trabalho que foi surpreendido, aí, no meio do caminho,
297 pelas enchentes, pela tragédia aí das inundações, desses eventos climáticos extremos. Então, a
298 gente teve, nesse momento lá de maio, estávamos ali com um período de propostas bem, já
299 engatilhadas. A gente fez um exercício, junto com a secretaria e junto com os outros agentes aí
300 relevantes da prefeitura, e calibramos essa proposta, que ela não tinha nem se tornado pública,
301 ela estava ainda em discussão, calibramos essa proposta de transformação e desenvolvimento
302 urbano equilibrado do território a partir dessa realidade que se mostrou muito mais forte do
303 que o discurso. De fato, a gente entendeu que os aspectos técnicos, envolvendo não só a
304 despoluição do Arroio Dilúvio, participando desse movimento da despoluição, papel relevante
305 que esse território tem nesse sentido, mas, principalmente, em relação à drenagem, em relação
306 ao papel de renaturalizar, na medida do possível, enfim, amenizar os impactos das chuvas e dos
307 eventos climáticos extremos. Então, disso que nós vamos falar hoje. O título que está aí na tela
308 de vocês, “Regenera Dilúvio”, ele já veio desde o início. Então, não foi a partir do momento
309 em que a gente tomou, deu essa, essa guinada ou, não é nem uma guinada, mas essa
310 aprofundada na temática da drenagem em que a gente tinha batizado o nosso consórcio e, por
311 que não, a própria Operação Urbana, também, chamar, ter esse título da regeneração, trazer o
312 aspecto da regeneração. Eu acho que fazendo frente aos conselheiros que precederam essa
313 apresentação nossa, o objetivo do nosso trabalho é exatamente este, de trazer uma, uma, um
314 equilíbrio das funções urbanas, por meio deste grande território que vai ser abordado pela
315 Operação Urbana Consorciada, ou seja, durante todo o processo, nós vamos falar da parte em
316 relação ao todo. O que quer dizer isso? Nós vamos estar tratando de um território que
317 representa toda a região, de todo o município de Porto Alegre, incluindo a Região
318 Metropolitana, mas que é dentro desse território que se colocam diversos dos problemas que
319 essa, a cidade enfrenta, não só sob o aspecto da, da drenagem, enfim, da, da cota de

320 alargamento, da cota de atenção que o Guaíba representa para o município, mas, também, em
321 relação à valorização do patrimônio público, a valorização dos espaços públicos como
322 elementos de configuração de uma cidade mais justa, mais equivalente, mais igual. Então, é
323 disso que a gente vai falar. A tela tem aí a composição do nosso consórcio, hoje, nós somos
324 mais de 30 profissionais das mais diferentes áreas, desde a área técnica de engenharia,
325 arquitetura e urbanismo, mas, também, geografia, economia, direito, comunicação. Enfim,
326 temos profissionais voltados a planejamento urbano e territorial, com, cada um, com a sua
327 experiência, somando para essa, para esse projeto. Participamos de uma concorrência. A
328 prefeitura tinha feito um extenso, extensíssimo, vamos dizer assim, termo de referência para
329 essa contratação. Foram bastante rigorosos no sentido de trazer para a mesa a componente
330 técnica como a mais relevante. Então, eu estou falando de São Paulo. Parte do nosso
331 consórcio está em São Paulo, mas a nossa empresa que lidera aí o consórcio tem pé fincado em
332 Porto Alegre, conhece profundamente a realidade ambiental, a realidade social do município e,
333 é claro, de maneira equivalente, vem somando na construção desse projeto. Também foi
334 mencionado aqui, pela própria Rovana, que nós estamos começando esse processo de
335 consultas públicas, de diálogo social. Então, nós estamos na etapa quatro. Precederam as
336 etapas, a etapa quatro, as demais etapas de planejamento e prospecção, análise dos dados e
337 diagnósticos. Então, até convido vocês a acessarem o site. Tem um site, um site específico que
338 a prefeitura aporta o material que vem sendo produzido pelo consórcio. Então, a parte de
339 dados e diagnósticos preliminares tem todo um relatório temático com os estudos urbanos,
340 estudos de mobilidade, estudos econômicos, ambientais, demográficos e jurídicos, que estão
341 ali, já, públicos, já há alguns meses, porque a etapa dois, ela se encerrou já há alguns meses, e,
342 desde então, mais ou menos maio ou junho, conforme eu comentei, o consórcio vem se
343 dedicando a produzir a etapa de propostas, as propostas que a gente tem chamado de
344 preliminares dessa intervenção. Tem um momento seguinte da consolidação dos estudos em
345 que essas propostas, a partir do diálogo social que é estabelecido aqui, iniciando aqui por este
346 conselho, que eu acho que é extremamente relevante, e sucedendo outros conselhos e grupos
347 temáticos, e, depois, culminando em dezembro, na primeira semana de dezembro ainda este
348 ano, com ações no território. Um conselheiro fez menção aí à importância de se fazer um

349 debate corpo a corpo, ao vivo, para que as discussões possam fluir de maneira mais, ao vivo,
350 mais calorosas e a gente consiga, então, melhorar esse processo, esse processo de propostas.
351 Na etapa três aqui que nós estamos, que nós desenhamos, a partir desse momento aqui da
352 etapa quatro, finalizado, então, essa etapa, a gente parte para consolidação e aí, então, na etapa
353 seis, ainda como parte da construção deste grande projeto que se propõe se realizar ao longo
354 de décadas neste território da cidade de Porto Alegre, a gente entraria nas, entrará nas etapas
355 de audiências públicas e de licenciamento. Então, a Operação Urbana Consorciada, ela é um,
356 ela é um empreendimento público licenciável. Então, os impactos, sejam os impactos de
357 adensamento, os impactos na infraestrutura, os impactos na mobilidade, os impactos na sombra
358 do território, na arborização, tudo isso é passível de licenciamento, um único licenciamento ou
359 vários licenciamentos, licenciamentos sucessivos, a serem empreendidos pelos grandes
360 empreendimentos que vão ser ali feitos, mas o próprio empreendimento público, a Operação
361 Urbana Consorciada, ela, sim, também está sujeita a um escrutínio dos órgãos ambientais, os
362 órgãos competentes para isso. Então, Vamos seguindo aqui, fazendo uma brevíssima menção
363 ao que é o instrumento urbanístico previsto pelo PPDU de Porto Alegre, já desde a legislação
364 do Plano Diretor que existe hoje, que está passando por um processo de revisão, mas a
365 Operação Urbana já estava ali prevista. A gente traz aqui, pelo consórcio, uma experiência,
366 com uma vivência em termos de operações urbanas consorciadas em todo território nacional. É
367 um instrumento que vem sendo aplicado em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Curitiba, em
368 outros municípios, Fortaleza, outras capitais, inclusive, cada um com a sua realidade local. E a
369 gente está trazendo muito, nessas propostas, essa percepção de que a Operação Urbana não é
370 um veículo jurídico urbanístico, um instrumento que pode ser transferido como se fosse um
371 “control C, control V”. Não é um instrumento em que a gente pega: “Ah, que lá em São Paulo
372 foi assim, aqui, em Porto Alegre, vai funcionar”. Ou porque lá no Rio de Janeiro foi assado,
373 então, nós vamos fazer igual aqui em Porto Alegre. Eu acho que, muito além disso, a ideia é
374 que a gente estabeleça o marco da Operação Urbana em Porto Alegre, respeitando a realidade
375 local, a dinâmica imobiliária local, as demandas que existem em relação aos equipamentos
376 públicos, em relação à habitação de interesse social, enfim, os aspectos que fazem parte desse
377 território. Então, a Operação Urbana aqui proposta, que a gente vai apresentar aqui agora, ela

traz essa componente muito relacionada com a realidade do município. Então, para iniciar a compreensão do que nós estamos falando, a gente estabeleceu, inicialmente e, mais uma vez, eu reforço que vocês olhem esse site www.regeneradiluvio.com.br, ali vocês encontrar, vai poder ter acesso a um volume bem extenso de diagnósticos e de análises que foram feitas. Tem um conjunto grande, ainda, de material relativo a essas propostas que eu vou falar aqui, que, ainda, não foram, não foi publicado esse conteúdo. Ele está sendo avaliado pela própria SMAMUS, mas, como parte do processo de transparência e consulta pública, a gente está aqui, em primeira mão, apresentando aos senhores conselheiros envolvidos com a pauta do desenvolvimento urbano da cidade. Então, primeiro, a gente estabeleceu esse universo de 4.870 hectares. É um amplo estudo com vários bairros e, particularmente, relacionados com a bacia do arroio. Então, entendendo que as intervenções que tinham sido solicitadas pela prefeitura davam conta de um elemento estruturante para o município, que é um arroio, um rio, um córrego, um canal, um rio canalizado, não podíamos começar por uma outra análise que não a compreensão dos afluentes do Arroio Dilúvio e, portanto, a compreensão de como é que se dá, como é que se dão as bacias, como é que se dá a bacia hidrográfica, as sub-bacias do Arroio Dilúvio, entendendo que cada um desses contribuintes tem o seu papel de levar, inclusive, carga poluidora para o arroio, mas não só isso, tem um papel hidráulico que a gente vai ter a oportunidade de falar aqui ainda hoje, relevante para essa intervenção. Então, os componentes são esses, estão aqui listados, são diversas disciplinas. Logo no início, ainda no ano passado, a gente providenciou um conjunto de imagens de drone, percorrendo, num dia claro, a paisagem bastante heterogênea do Arroio Dilúvio, começando pelo próprio Guaíba e seguindo a montante. Então, a gente consegue perceber essa heterogeneidade, a condição topográfica bastante particular em cada trecho, a condição de valorização da terra, a condição de oferta de equipamentos sociais, equipamentos públicos, a presença de, mais a leste, a presença de muitos terrenos vazios e de áreas subutilizadas, capazes de receber, sejam empreendimentos âncora, feitos a partir de tipologias mais sustentáveis, incentivadas, que sejam alinhadas aí com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Algumas imagens aí mostrando um pouquinho do território. E a gente tem um conjunto bem maior de imagens que, depois, se a SMAMUS, ainda, não disponibilizou e tiver interesse, acho que é interessante para

que todos tenham o igual conhecimento sobre o território que a gente está aqui informando. Depois de muitos diagnósticos, muitos debates, muitas avaliações técnicas feitas em conjunto com a prefeitura, o consórcio e a prefeitura, a gente divide aquele, a gente diminui aquele grande território de estudo e análise, diminui para essa configuração que está aí sendo mostrada na tela de vocês, e, ainda, segmenta ele em quatro ATIs, que são as Áreas de Transformação Induzida, áreas essas que têm, dentro delas, algumas similaridades, têm, dentro de toda essa diversidade, na extensão de mais de 10 km que percorre, que é percorrido entre a foz e a parte aí, quase na divisa com Viamão, a gente percebe quatro grandes grupos, vamos dizer assim, de morfologias territoriais, capazes da gente estabelecer parâmetros como proposta, parâmetros de intervenção diferentes, diferenciados. Então, a proposta, a ideia é de se trazer setores, vamos dizer assim, áreas específicas internas ao grande perímetro, tem essa, esse condão de olhar a cidade, de olhar o território de maneira particular. Então, é muito diferente, todos devem saber, interferir nessa área que a gente denominou como Área de Transformação Induzida Um, Azenha, Menino Deus, nesses bairros que estão aqui próximos à Praia de Belas, quando comparado com essa outra no Jardim do Salso, Partenon, ATI Quatro da nossa proposta aqui. Então, portanto, os parâmetros, as, os problemas, as condições de desigualdade socioespacial devem ser consideradas e enfrentadas de maneira assertiva pela Operação Urbana Consorciada, por esse instrumento da Operação Urbana Consorciada. A gente faz uma brevíssima consideração sobre, sobre cada uma dessas ATIs, indo de oeste a leste, do um para o quatro. Cada uma delas tem uma vocação distinta e, não à toa, a gente foi envolvendo alguns elementos, como aqui o Estádio Olímpico, a gente foi envolvendo alguns quarteirões simbólicos, algumas áreas públicas ou privadas de grande porte, para que esses territórios possam integrar a Operação Urbana Consorciada. Já na ATI Dois, então, na ATI Dois, que é aquela que está mais no miolo, existe uma área a ser consolidada com formas e funções urbanas já existentes, com a oportunidade de intensificação da ocupação de uso misto e residencial, com adensamento construtivo populacional. Quer dizer, já são áreas de interesse para moradia, de interesse, porque têm amenidades já consolidadas, um comércio consolidado, áreas, pequenas praças, espaços muito bem desenhados ali no meio do bairro, e que, eventualmente, caberiam, a gente vai mostrar um pouquinho disso, caberiam processos de

transformação e de renovação de maneira dosada, de maneira compatível com essas situações. Avançando na ATI Três, onde a gente tem a área da PUC, as áreas do Exército, então, grandes porções do território que estão em processo de parcelamento ou ainda não foram parceladas, e essa transição entre a gleba e o lote, na escala humana, ela vai exigir, estamos olhando para isso, vai exigir uma adequação dessas escalas, instrumentos, ferramentas de desenho do espaço público, ainda não parcelado, do sistema viário, das calçadas, dos passeios, de forma a equilibrar as, a travessia, romper os grandes quarteirões, mas, não só isso, promover uma infiltração da água, promover uma arborização urbana de modo mais intensivo. E, por último, uma área que é extremamente diversa, ainda que o perímetro é muito grande, mas cabe a gente segmentar ela de uma maneira única, como essa ATI Quatro, onde tem baixos indicadores socioeconômicos, a área que tem menor valorização e um poder, poder de renda, uma média da renda da população predominante menor, mais baixa em relação à primeira ATI, mas com potencial de criação de hubs de empreendedorismo e inovação. Então, a gente olha para o eixo da PUC, o empreendimento da Tecnopuc, a própria UFRGS, que tem ali o aspecto da universidade como uma alavanca para a transformação do território de maneira efetiva e mais equânime, mais equilibrado. Então, para além dessas questões de drenagem, a bacia, os contribuintes do Arroio Dilúvio, a gente, também, foi olhando para os aspectos sociodemográficos de cada um desses territórios. Então, convido, também, vocês a darem uma olhadinha nos nossos relatórios sociodemográficos e territoriais, que dão uma radiografia mais precisa, com as informações que ainda estão, que estão disponíveis, ainda não são todas, relativas ao censo de 2022, e, a partir de então, a gente consegue fazer algumas projeções e prognósticos para o futuro. Aqui, um mapa caracterizando o uso do solo predominante ou os usos predominantes. Na verdade, é um lote a lote e, depois, a gente foi fazer uma conferência para aquilo que não estava o mais atualizado da disponibilização da prefeitura. Foi feita uma caracterização, na mão, olhando o território, desenhando e fazendo cada uma dessas poligonais. Esse trabalho gerou um sistema de informações geográficas de todo o perímetro da Operação Urbana. Então, hoje, a gente tem cada um desses imóveis, cada uma dessas áreas públicas, desses terrenos institucionais, que é a grande mancha em azul, as grandes manchas em azul, também, uma condição de quem ocupa, o que faz, como é que

funciona hoje e, naturalmente, a partir deste, desta avaliação macro, é possível com que a gente entenda o que são, quais são os terrenos, os imóveis que são mais consolidados, aqueles que estão, que fazem parte de uma condição físico-territorial já definida e aquilo que a gente chama de lote transformável. O lote transformável não, necessariamente, é aquele lote ou aquele terreno, aquele conjunto de terrenos que vão sofrer uma desocupação, mas a ideia é que a gente consiga entender, diante da dinâmica do crescimento da cidade, que tem sido feito, também, de maneira muito espalhada, horizontal, para longe das áreas infra-estruturadas, de que maneira nós conseguimos, de que maneira a cidade consegue racionalizar o seu, a sua infraestrutura instalada de uma maneira, de modo que seja viável economicamente e tudo isso. Então, essa, esse, essa, esse mapeamento de usos existentes, usos consolidados e usos passíveis de transformação, também, a gente vai ter uma dose, uma gradação entre aquilo que, em tese, é transformável, mas não deve se transformar, um conjunto de casas, um conjunto simbólico, um conjunto, um bairro que deva se manter com aquelas características originais, quando comparado com um terreno vazio, que é um terreno transformável, um lote transformável e que o melhor, para a cidade, seria que aqueles imóveis fossem adensados ou transformados ou, enfim, de alguma maneira, absorvidos como possibilidade de ofertar moradia, de ofertar comércio, de ofertar lugares de trabalho, escritórios e empresas para dentro da cidade. Então, todo o nosso esforço, pautado aí nos ODSs, mais uma vez, pautado nas diretrizes da cidade mista, compacta, diversa, equilibrada e resiliente, que a gente consiga informar, traduzir esse território aqui, a partir desses, dessas propostas da Operação Urbana, como um território mais viável para o coletivo da nossa sociedade do que a distância de 20, 30 km da cidade de Porto Alegre. A gente não deixou de trazer aqui uma menção a esse processo, que é um processo que vem acontecendo, a curva em azul, que é uma curva tendencial em relação à demografia. Então, existe, constatado aí pela, pelo censo 2022, pela mudança de, entre 10 e 22 e pelas projeções que a gente pode fazer, existe um envelhecimento da população, com a redução da taxa de natalidade e o natural envelhecimento daqueles que, hoje, moram na cidade. Então, a gente tem dois, vamos dizer assim, cenários a serem trabalhados: um cenário orgânico, que ele está estabelecido, um tendencial, uma redução de 25% da população até 2052, um número absurdo, um número bastante expressivo,

preocupante para qualquer situação, não só para a própria Operação Urbana, mas para as
finanças públicas, para, a população economicamente ativa gera menos dinâmica econômica,
gera menos, portanto, demanda por moradia, gera menos demanda por equipamentos públicos
que passam a ficar ociosos. Quer dizer, a redução da população a essa taxa é algo que se
coloca, não é a prefeitura da gestão atual ou da passada ou da futura, e tampouco o consórcio
que vai interferir nesse dado, é um dado, mas o que a gente consegue tentar encontrar, dentre
os inúmeros cenários possíveis de desenvolvimento urbano, a gente pode tentar encontrar um
cenário ajustado em que as intervenções sendo feitas dentro do perímetro da Operação Urbana
poderiam trazer, provocar uma retomada do crescimento populacional, atingindo o limite por
volta do ano de 2047. Então, seria a curvinha verde e a vermelha aqui como limite, algo que a
gente consiga, com base nisso, imaginar quem é o público-alvo, quais são os usos a serem
incentivados, quais são, então, entra, por exemplo, a componente do ensino, do ambiente de
negócios provocado pelas instituições de ensino, a qualificação dessa mão de obra, a fixação
dessa população, dinamizando a economia local. Então, entram algumas das vocações que esse
empreendimento público, a Operação Urbana Consorciada, pode trazer, deve trazer e, com
isso, obviamente, direcionando uma tipologia imobiliária, um conjunto de tipologias
imobiliárias, que, não necessariamente, são as que estão postas hoje, ou seja, os apartamentos
são estúdios ou só apartamentos de três dormitórios. Eu acho que a gente consegue entender,
com isso, que há um potencial de uma diversificação imobiliária aí posta enquanto potencial
mesmo, enquanto capacidade, e a partir daí, com a qualificação do território e a indicação
dessas tipologias incentivadas, que não podem ser com três subsolos, que não podem ser com
impermeabilização total, que não podem ser em detrimento de uma, de um equilíbrio entre
aquilo que está construído e aquilo que vem a ser construído, não em qualquer lugar e não em
qualquer ATI. Então, é um pouco isso que a gente está olhando, sempre esteve, e, agora, ainda
mais, depois desses eventos climáticos extremos ocorridos no primeiro semestre. Então,
alguma das, deixa eu só arrastar a minha barrinha aqui, que eu estou limpando a minha própria
tela. Pronto. Alguns dos princípios que têm regido aquilo que a gente chama de Programa de
Interesse Público. Então, o Programa de Interesse Público, eu acho que é relevante a gente
trazer enquanto um conceito que está dentro do desenho da Operação Urbana Consorciada,

que é dizer o seguinte: por que a intervenção nesse território interessa ao público, ao coletivo, à sociedade de Porto Alegre, às pessoas que, ainda, vão olhar Porto Alegre como um destino de moradia, um destino de trabalho? Por que existe esse interesse público e como que esse interesse público, uma vez identificado, deve estar estimulando, enquanto obras de intervenção, obras públicas, obras que qualifiquem e dêem suporte para esse, para esse cenário que a gente está aqui almejando? Então, são transformações urbanísticas estruturais. A primeira caixinha aqui no eixo formado pelo Dilúvio, pela Avenida Ipiranga e as quadras do entorno, articulando as dimensões ambiental, econômica, urbanística e social. Então, assim, muito importante sempre entender que o projeto da Operação Urbana, o Plano Urbanístico Específico, ele olha para essas diferentes dimensões. A reintegração do Arroio Dilúvio ao tecido urbano de Porto Alegre, hoje, ele é, praticamente fundos, praticamente, um canal de serviço de transporte da água e dos efluentes. Então, essa é uma das grandes questões que se colocam: como trazer o Arroio Dilúvio para uma revalorização, reconhecimento da sociedade como um todo? A articulação da infraestrutura de drenagem, de saneamento em favor de um projeto urbano. Quer dizer, existe uma consequência em se fazer uma galeria nova, em se fazer uma estação de bombeamento, de se promover uma recuperação da ciclovia, de integrar essa ciclovia junto com uma rede de arborização, uma rede verde sistêmica dentro desse território. Então, o projeto da Operação Urbana, ele vai buscar essa, essa conexão entre as diferentes componentes. Então, não é uma, nós não estamos falando de um conjunto de obras de engenharia no sentido funcional, nós, também, não estamos falando do lado extremo de algo que se almeje como uma utopia, como um sonho. Então, a Operação Urbana, ela vai trabalhar com esse, essa convergência de interesses de se fazer um bom conjunto de obras de infraestrutura, articulado, consequente, em que o investimento público possa ser recuperado como valorização dos espaços públicos. Então, implantação de dispositivos de drenagem junto com as de infraestrutura, o parque linear, então, ele entra como um fio condutor crucial para o sucesso desse empreendimento público. O instrumento da Operação Urbana trabalha com a recuperação da valorização imobiliária a partir destes investimentos. Então, ao se investir numa melhoria da drenagem, numa melhoria da captação, na criação e recuperação de praças, de parques, na criação de novas áreas de infiltração da água, naturalmente haverá um processo de

valorização, e esse processo de valorização, ele é precificado dentro do escopo da Operação Urbana, e existe uma oferta de valor. Porto Alegre já trabalha com esse regime do que seria outorga onerosa, o que é outorga onerosa, existe uma devolução como forma de investimento no território, provocada por essa valorização que não é exclusivamente pública, em grande medida pública, mas ela, também, é feita com base nas intenções, nos desenvolvimentos imobiliários privados, nas contrapartidas, nessas tipologias incentivadas. Então, vamos seguir em frente aqui. Só trazendo aqui uma referência muito rápida da onde a gente se inspira, olhando aqui Porto Alegre no passado, do lado direito, que já tinha um plano urbanístico, um plano chamado Gladosch, que é dos anos 50, que já pensava na integração do Arroio Dilúvio com o sistema de áreas verdes articulados e bem como, mais recentemente, a gente está aqui se inspirando, olhando tecnicamente, de modo muito próximo, com as soluções que New Orleans vem implementando com sistemas de canais, com sistemas de áreas verdes para redução da velocidade da água, para infiltração e para criação dessa chamada rede verde-azul. Então, basicamente, a gente olha exemplos que vêm sendo implementados de maneira muito atual, contemporânea em algumas cidades do mundo em que a presença da água, ela não é algo que deva ser negado ou que deva ser esse fundo, como a gente vê, hoje, para o caso do Arroio Dilúvio. Essas duas imagens são bastante simbólicas porque elas trazem ciclovia, calçadas largas, cidade para pessoas, espaços livres, livres, que permanecem livres, permanecem como lugares de encontro das pessoas. E a paisagem do Arroio Dilúvio, hoje, ela não representa isso que a gente está vislumbrando como potencial de articulação entre a infraestrutura funcional e a cidade, o desenvolvimento urbano. Essa situação, de maneira muito esquemática, a gente está falando aqui num conselho em que eu sei que tem muitos técnicos que vão poder entender. Essa é uma imagem vista em planta, esquemática, de como é que é hoje, funciona o canal, ciclovia, as estruturas paralelas de sistemas viários, aí, da Avenida Ipiranga, calçadas que, praticamente, têm a mesma dimensão, ao longo de toda a rota do Arroio Dilúvio, e mais a extrema, à esquerda e à direita, aquilo que nós estamos chamando de lotes que podem ser transformáveis, porque eles estão ocupados por um estacionamento, um terreno vazio, um galpão, uma área ociosa e, também, lotes consolidados que vão ter que se integrar nessa nova realidade que se propõe para a cidade. Aqui, seria uma sobreposição conceitual aí daquilo que

se espera para essa região. Então, ao invés da gente, nós não vamos mudar o Arroio Dilúvio de lugar, nós não vamos mudar a Avenida Ipiranga de lugar, mas a gente pode fazer com que a noção de espaços verdes integrados possam se articular de maneira transversal e longitudinal. O que quer dizer isso? Ao longo de todo o Arroio Dilúvio, nas suas margens, nas suas bordas, e transversalmente a ele, com a criação de novas passarelas, de novas conexões e essas conexões integradas. Vocês vão ver aqui como que é a intenção conceitual da operação urbana naquela dimensão bem grande que eu mostrei ali das quatro ATIs, mas de maneira transversal, de forma que a sensação, a presença da área verde que não existe ao longo do Arroio Dilúvio, ela possa ser transferida para dentro do bairro, dos bairros que estão na região do Arroio Dilúvio e, mais do que isso, que sejam criadas situações como esta aqui, que a gente viu na imagem anterior: áreas verdes que são lagoas de infiltração ajardinadas, mantidas, mas que têm uma função hidráulica relevante para conter de modo sistêmico. Não é uma lagoa, duas, é algo que se estende, por isso, a opção por um território bem amplo, mas que se estende ao longo do arroio todo. De novo, agora, o vista em corte, essa situação que a gente tem, bem conhecida de todos: um talude com uma sessão aí de 45°, uma sessão prismática, um alinhamento específico aí de um alargamento, um alinhamento que inclui o passeio do lado esquerdo, passeio do lado direito e, dentro dele, três pistas calçadas, ciclovia e o próprio arroio, mas que apresenta diversos problemas, problemas esses que, inclusive, trazem uma função hidráulica para o talude, uma função de dique, de subir um pouquinho a cota, de maneira que, em caso de uma cheia do Arroio Dilúvio, de um retorno, que ele não extravase. A gente viu isso acontecendo, funcionando na prática esse dique agora no primeiro semestre. E aqui, uma situação, a situação proposta, esquemática, mais uma vez, de alargamento da paisagem, de abertura desses espaços que, hoje, estão confinados no alargamento exclusivo da avenida, funcional. E a gente, então, inclui terrenos que são transformáveis. Do lado esquerdo, a gente vê aquela lagoa, aquela possibilidade de se fazer ali uma espécie de bacia, uma área escavada, mas isso não é só um buraco, isso aí tem um sistema hidráulico que funciona com diferentes tipos de pedra e de proteção desse fundo para que a água entre, pare e infiltre no solo. Claro que isso vai exigir um processo, assim como o dique, um processo de manutenção constante, assim como as bombas. Então, a gente coloca as soluções baseadas na natureza em primeiro

plano, algo que vem sendo utilizado pelas cidades do Brasil, pelas cidades, principalmente, fora do país, já, nos Estados Unidos, na Europa, como a gente vê alguns exemplos. A gente traz as SBNs, as soluções baseadas na natureza, em primeiro plano com uma função técnica. Não é uma função eminentemente paisagística, só paisagística, mas ela tem uma função, cumpre um papel de equilíbrio dos regimes de chuvas. Aqui, já um pouco mais próximo aí das seções que a gente está propondo. Vocês podem olhar aqui ao longo, próximo do arroio, seria a projeção vigente dos taludes em espaço aqui em diagonal e, aí, com isso, a gente criaria espaços integrados, onde for possível, principalmente nas áreas mais próximas da foz do Arroio Dilúvio, criar uma cota intermediária mais baixa aqui, que faça essa transposição, além dessa integração com bastante arborização nesse, com esse alargamento, que vai acontecer com a participação dos imóveis privados aqui de frente para Avenida Ipiranga. Aqui, mais uma seção desejável que pode acontecer. Então, a gente vai propor algumas arquibancadas voltadas para o espelho d'água, alguns avançados aqui que podem criar mirantes, decks, espaços que sejam úteis e que se apropriem, que façam, dêem essa sensação de alargamento da calçada, do passeio, como parte integrante de um parque. Hoje, não é possível que a gente classifique a ciclovia, a calçada, com a linha de alta tensão e, do outro lado, a calçadinha e a avenida, como um parque. A gente não consegue trazer, dar essa sensação de parque. E a proposta é que a gente, então, faça, ao longo de um projeto de longo prazo, um projeto de fôlego, um projeto estruturante para o município, a gente consiga organizar, articular a transformação desses terrenos que dão de frente para o Arroio Dilúvio, porque são muito importantes para a cidade. Então, é uma região em que se busca a valorização, mas uma valorização que não seja imobiliária, uma valorização que não seja, exclusivamente, imobiliária, uma valorização que busca entregar, para a população, espaços públicos verdes mais equilibrados. Algumas imagens dessas, vocês já devem ter visto aí pela, são imagens conceituais, mas com um nível um pouco maior de detalhe nessas arquibancadas, essa cota inferior, na parte mais próxima à Praia de Belas, que a gente conseguiria fazer dois andares: um andar aqui de belvedere e um outro aqui embaixo, que pode conter um uso de conveniência, um comércio, um picolé, um banheiro, enfim, coisas que possam animar o espaço público, e essa animação, a gente já vê acontecendo, a gente já via acontecendo ali na região da Orla do Guaíba, nos parques, nos trechos já

urbanizados e aplicados ali da Orla do Guaíba. E por que não fazer com que o Arroio Dilúvio possa se integrar a esse sistema de áreas verdes e livres e bem estruturadas novamente? Então, aqui, uma vista aí para o Lago Guaíba. No finalzinho, a gente vai falar um pouquinho sobre, no finalzinho da apresentação, eu sei que eu estou estendendo aqui. A gente vai falar um pouco dessa estratégia técnica enterrada aqui de direcionamento da água, tanto dos efluentes como da drenagem das águas pluviais, de separação entre uma coisa e outra, mas tem aqui para ilustrar. E aqui, a estruturação deste Projeto Urbanístico Específico. É um projeto que propõe a integração entre a rede verde-azul, água, sistemas arborizados, soluções baseadas na natureza, a mobilidade, com a rede ciclovária, ampliação de passeios, as novas transposições de pedestre e bicicleta por sobre o Arroio Dilúvio, a qualificação dos pontilhões que são históricos e que serão mantidos sobre o Arroio Dilúvio, também. A articulação de projetos estratégicos, projetos esses que recaem sobre aqueles grandes terrenos, as grandes áreas que estão ociosas ou pouco aproveitadas e que têm grande potencial de alavancar a transformação. São chamados os projetos estratégicos, no contexto da Operação Urbana; as áreas de transformação, então, aqueles lotes, conjuntos de terrenos, lotes vagos ou, enfim, casas com baixo adensamento que estão em meio a prédios, como é que a transformação pode ocorrer. Não menos importante, aliás, estruturante, a questão das melhorias habitacionais que têm um papel primordial na condição de equidade e de fixação da população com diferentes rendas dentro do perímetro da Operação Urbana Consorciada e, especificamente, contribuem, todas essas medidas contribuem para que exista uma qualificação da qualidade da água, uma melhoria da qualidade da água do Arroio Dilúvio. Então, um processo paulatino de despoluição, de criação de estratégias de despoluição do Arroio Dilúvio, que, uma vez integradas, de fato, conseguem, aos poucos, ao longo de vários anos, melhorando a qualidade da água e entregando para a cidade o Parque do Arroio Dilúvio. Aqui, eu vou colocar uma sequência, vou passar rápido, porque é uma sequência conceitual do que norteou, vem norteando as propostas para este extenso território, formado por quatro Áreas de Transformação Induzida. Então, a primeira é a rede de drenagem e proteção contra cheias. Há um conjunto estratégico de bacias, de lagoas, de infiltração, de bombas que se beneficiam do próprio plano de saneamento que a cidade já tem e as diferentes bacias contribuintes ao Arroio

Dilúvio. Junto com isso, a questão da drenagem, do regime de chuvas, junto com a infraestrutura de saneamento, interceptores, coletores, coletores em tempo seco, depois até emissário, que possa fazer com que os efluentes, a água servida, ela possa ser direcionada para as estações de tratamento que o município já tem. Então, tem um conjunto que se integra, considerando este território, mas ele se integra ao planejamento de saneamento que o município tem e vem sendo implementado pelo Dmae, pelo DEMHAB, aos poucos. A gente precisa acelerar isso, a operação urbana vem justamente para acelerar. E a configuração de uma rede verde e azul. Então, o parque linear, junto com determinadas ruas que são beneficiadas com aumento da arborização, conexão entre as praças que já existem, as valetas de infiltração, as biovaletas que vão estar acompanhadas, como a gente viu na foto, nas fotos simbólicas no início, vão acompanhar o passeio, o sistema viário, a redução, as áreas de acalmia, aumento do tráfego, a priorização para o pedestre. Tudo isso vai configurando, vai conformando a rede verde e azul. Neste mapa, a gente consegue ver aqui, em tracejado, toda essa área que foi atingida pelas cheias de maio e a presença, o impacto que isso tem dentro deste território que é estratégico da cidade e é pauta da operação urbana. E o Parque do Arroio Dilúvio, ele é o maior beneficiário dessa rede verde e azul e a principal entrega do projeto para a cidade, uma vez que a gente consegue fazer disso um sistema de áreas verdes. O parque é a noção de que as bordas do parque e a Avenida Ipiranga podem se configurar como uma área de lazer conectada no município, e isso é o que motiva, é o fator de maior valorização deste território. A gente foi olhando áreas que são prioritárias, áreas que vão ter um maior impacto, vão ser mais beneficiadas pelas intervenções do parque linear, que seriam essas áreas que estão demarcadas em amarelo. Áreas que vão receber benefícios mais voltados para o pedestre, mais voltados para a mobilidade ativa e, obviamente, terão parâmetros diferentes, na hora de se indicar como é que vai se dar a transformação e a ocupação desse espaço, por meio de prédios novos e novas oportunidades imobiliárias. A habitação e os equipamentos públicos. Então, há uma presença relevante de territórios que são meta para o Departamento de Habitação, para atendimento à população mais vulnerável e esses assentamentos, essas vilas, que estão marcadas em vinho, elas são destino de investimentos da operação urbana consorciada. E os projetos estratégicos, que são esses outros marcados com

uma cor bege, eles também são aquelas alavancas que eu estava mencionando, são estes daqui, dentro do conjunto de grandes terrenos dentro da operação urbana. Então eles são grandes contribuintes com essa transformação pretendida. Essa que seria, vamos dizer, a síntese conceitual, esquemática, do que está motivando a operação urbana. Cada uma dessas linhas pintadas no mapa, elas vão gerar, dentro da proposta, não está aqui porque acho que na escala não seria permitido, mas elas vão estar públicas logo mais, ao longo do próximo mês, novembro e dezembro, mas cada uma dessas linhas, elas geram uma intervenção no território. Elas geram uma obra, elas vão ter um custo estimado, elas vão poder ser priorizadas pelo sistema de gestão dessa operação urbana e isso está de uma maneira integrada. Então, basicamente aqui, a gente tem como fazer este programa de intervenções, como executar essas obras, de que maneira a sociedade pode opinar, arbitrar, apoiar, ajudar na consecução dos objetivos da operação urbana. Então, a gente tem a alienação do potencial construtivo, dentro da operação urbana. Esse valor financeiro, essa contribuição em dinheiro, ela é revertida a um fundo especial da Operação Urbana Consorciada, mas, além disso, não menos importante, a existência desse conjunto de obras e intervenções sistêmicas e que se somam ao conjunto de intervenções que já vêm sendo empreendidos pela prefeitura nas diferentes áreas, nas diferentes setoriais do meio ambiente, da habitação, do sistema viário, tudo isso pode também se somar a recursos externos à Operação Urbana Consorciada. Karina está me dando um toque aqui que eu já falei 45 minutos. Karina é nossa assessora aqui para comunicação, do consórcio. Então, eu estou caminhando para o fim. Então, a gente tem aqui uma estruturação de um grupo de gestão especial, um agente público específico para gerir essas transformações, esses recursos que entram e a priorização dessas intervenções, junto com um grupo de gestão. Então, você tem uma entidade, um departamento da prefeitura, uma agência, uma companhia pública, sendo a responsável, lado a lado, com este grupo gestor paritário e embaixo dele, as quatro grandes áreas do programa de intervenções. Então, como eu disse, essas quatro áreas geram intervenções, áreas, medidas com conteúdo técnico, que pode ser mensurado, priorizado, deixado para depois, de acordo com a importância. Então, dentre eles a rede verde e azul, que é um tema que gera este conjunto de subtemas, a infraestrutura de macrodrenagem e saneamento, também um conjunto de intervenções e ações que vão ser priorizadas nessa

temática. A rede de mobilidade, sistema viário, passeios, rede cicloviária e as transposições e, por fim, as melhorias habitacionais e os equipamentos públicos que vão andando *pari passu*. Cada uma dessas rubricas, vamos dizer assim, vai andando *pari passu* ao desenvolvimento do projeto. Aqui, uma visão global. A gente deixou aqui marcado neste tom meio laranja, um laranjinha, o que seriam os imóveis mapeados como transformáveis em cima daquele mapa primeiro que eu mostrei, em que 40% basicamente deste território seria, entre aspas, transformável. Muito menos do que isso é a real capacidade de transformação do território, mas essa capacidade de transformação é o motor do processo da operação urbana. E em amarelinho, como pano de fundo aqui, os projetos estratégicos, as áreas que vão permanecer com um caráter especial, dentro do conjunto de regulação da operação urbana. Aqui algumas imagens para a gente poder ter um pouco a dimensão do que nós estamos falando. O adensamento que existe hoje, já está aqui apontado em branco e as áreas que vão sendo absorvidas, transformadas por empreendimentos públicos ou privados, especialmente privados. O consorciamento acontece com essa articulação privada em favor de um programa de interesse público. São essas imagens, esses volumes aqui demarcados em laranja. Então, alguns daqueles trechos que a gente viu pela foto de drone, estariam sendo, aos poucos, preenchidos, de uma maneira consequente. Acho que essa que é a grande, eu sei que existe uma aflição, estava ouvindo vocês falarem no início, o processo de transformação está acabando com a cidade. Eu acho que esse motor de que nós não devemos esperar que o futuro seja pior do que o presente, ou muito pior do que o passado, é um dos grandes motores da operação urbana. Como melhorar a qualidade da ocupação? Como melhorar a entrega de espaços públicos, de maneira mais equânime, de maneira mais acessível a todos, articulado por um conjunto de planos e projetos. Seguindo aqui mais para o final, aqui, a gente só trouxe um destaque dessa questão habitacional, os objetos, as prioridades que vêm sendo colocadas pela própria prefeitura e que estão dentro do perímetro da operação urbana e que serão beneficiados por esses investimentos, para a fixação dessa população, de modo que ela consiga encontrar moradia de qualidade, permanecer no seu local, sempre que possível, processos que seja de urbanização, regularização, ou mesmo no limite de reassentamento e recolocação dessas pessoas para áreas que são hoje áreas de risco. O risco a gente tem que evitar, mitigar, tratar e

reassentá-las dentro do próprio perímetro. Um pouco essa é a motivação. E aqui eu não sei se ainda tem um tempinho, se a gente tiver espaço aqui, passaria a palavra para o nosso engenheiro especialista, o Sidney Agra, para poder falar um pouquinho dessas intervenções que acho que, não menos importantes do que tudo que a gente está falando aqui em termos paisagísticos e ambientais, a questão do saneamento, ela é crucial, ainda mais na realidade de que se coloca hoje. **Sidney Agra, Consórcio Operação Urbana Arroio Dilúvio:** Agora sim. Muito obrigado, Secretária. Senhor Presidente, mais 5 minutos só para destacar esse ponto da proposta. Obrigado, Marcelo, até aqui. É exato, que é o da despoluição propriamente dito do Arroio Dilúvio. Então, muito do que o Marcelo mostrou passa pelo conceito da requalificação urbana do parque, principalmente, mas da área de entorno da Avenida Ipiranga como um todo, dessa área de intervenção, mas parte da receita também vai ser canalizada nesse conjunto de intervenções que a gente vê na tela. E aí tem algumas premissas que são importantes a gente não perder de vista, que a proposta que está sendo feita parte de estudos anteriores, ou seja, não precisa inventar completamente a roda. A gente sabe que a solução plena da despoluição passa pela universalização da coleta e tratamento de esgotos. O sistema de esgotamento sanitário de Porto Alegre avança nesse sentido, mas avança num ritmo inferior ao que a nossa pressa exige. Então, aqui a gente pode apontar uma série de medidas para acelerar este caminho, ainda que de forma parcial ou de forma temporária. Então, este é um conceito importante para o sistema de esgoto. E para o sistema de drenagem é semelhante, ou seja, se reconhece, como disse o Marcelo, principalmente após o evento de maio, a necessidade urgente de reforçar o sistema de proteção, principalmente as infraestruturas. Este dique aqui, a Avenida Ipiranga, um bom pedaço dela, é um dos diques de Porto Alegre, foi um dique que não falhou no sistema, mas que também necessita manutenção em algumas casas de bomba, como a gente tem acompanhado e a prefeitura já tem iniciado alguns trabalhos nesse sentido. Então, isso que já vem sendo feito, continua sendo feito, isso não pode parar. Mas a gente avança em algumas propostas com foco nessa questão da despoluição. A primeira, e mais significativa de todas elas, é uma linha que vocês vêem no mapa paralela ao Arroio Dilúvio, tanto pela margem direita como pela margem esquerda, que vai tracejada ali, horas em amarelo, horas em laranja. Então, isso aí que a gente está propondo, depois eu mostro uma

outra figura que a detalha, é um coletor lateral ao Arroio Dilúvio, que coleta a rede de drenagem em tempo seco. É importante dizer que a bacia do Dilúvio já tem um coletor desse tipo nas suas margens, que coleta o esgoto cloacal, que antigamente chegava no Dilúvio. Pela rede de esgoto não chega mais, mas ainda tem, por falta de ligações, esgoto cloacal chegando pela rede de drenagem. Então, a proposta é interceptar a rede de drenagem e, em tempo seco, fazer esta coleta, conduzindo isso para algumas casas de bombas que vão ser instaladas ao longo da bacia. Aqui na imagem aparecem duas, lá no cruzamento da Ipiranga com a Terceira Perimetral. Depois aparece mais uma, que aparece ali, EBAP TS1, que é mais ou menos na altura da Princesa Isabel. Depois, alguns auxiliares na Santa Teresinha, que fica na Vila Planetário. Na outra margem, próximo à Polícia Federal, na EBAP 14, na EBAP 15, ali no cruzamento com a Avenida Érico Veríssimo. Lá na ponta do Dilúvio, EBAP 16, que é aquela da rótula das Cuias e, finalmente, na margem esquerda, tem uma EBAP, chama ali TS4, elas estão com códigos ainda, elas não foram nominadas, que é uma proposta e essa seria a última. Essa seria a que mandaria, então, esse efluente coletado para tratamento no Extremo Sul, na ETE Ipanema, uma ETE já existente, precisando ainda do emissário que faça chegar até lá. Uma outra proposta importante valoriza os bons resultados obtidos com a ecobarreira. Hoje, a gente tem uma ecobarreira no Arroio Dilúvio, que ela tem a finalidade de proteger o Guaíba dos sedimentos que são trazidos pelo Arroio Dilúvio. A gente faria agora uma proposta de ter uma a montante da Antônio de Carvalho, aparece bem no começo, bem à direita do mapa. O Marcelo vai apontar para vocês. Ali, então, a gente teria uma ecobarreira fazendo esse filtro daquilo que vem de montante, fora da área de intervenção do projeto, ainda que a gente tenha considerado a bacia hidrográfica como um todo, as intervenções estão focadas nessa área. Uma segunda ecobarreira aqui no Arroio Moinho, próximo à PUC, atrás da PUC, na Bento Gonçalves, onde o Arroio Moinho ainda está aberto. Deslocando para a direita, teremos uma terceira ecobarreira no Arroio Cascatinha, mais ou menos na Avenida Tronco, nova, recentemente inaugurada. Ali temos uma bacia de retenção, onde o Cascatinha está aberto e ali seria propício mais uma ecobarreira, e uma ecobarreira no Dilúvio, que seria uma antecipação daquela que fica lá na Foz, ela viria aqui para o cruzamento com a Avenida Érico Veríssimo, na Foz do Arroio Cascatinha. Então, quatro ecobarreiras, uma recolocação e três novas para a

813 bacia do Arroio Dilúvio. Um quarto ponto é isso que o Marcelo falou bastante, dessa
814 integração parque-drenagem, ou seja, ao longo das áreas verdes, ter dispositivo de drenagem,
815 seja na forma das valas drenantes, das valas de infiltração. Aqui, eu destaco dois reservatórios
816 que funcionariam como lagos dentro dos parques propostos, um no cruzamento, aparece R1,
817 no cruzamento com a Terceira Perimetral. Então, um daqueles terrenos, um espaço para uma
818 bacia de detenção. Essa bacia está prevista no Plano Diretor de Drenagem Urbana da Bacia do
819 Arroio Dilúvio. Então, a gente só está trazendo uma das intervenções. E a segunda, ela está
820 pequeninha porque está junto da casa de bomba, mas chama R2 ali e ela é no final da
821 Avenida Princesa Isabel, no cruzamento com a Ipiranga. Então, essa integração parque-
822 drenagem, notadamente nesses dois reservatórios que poderiam ainda ser mais detalhados. E,
823 finalmente, no ponto número cinco, é algo que a gente não pode deixar de fora de um projeto
824 dessa natureza, que é monitorar o Arroio Dilúvio, para que a gente possa perceber o benefício
825 real, quantificado, dessas intervenções. Então, tem uma proposta de monitoramento. Isso já
826 era uma intenção do DMAE, que por uma questão financeira não estava sendo executado, mas
827 que pode ser incorporado. Na verdade existe, para deixar bem claro, existe monitoramento ao
828 longo do Dilúvio, mas essa proposta, ela é mais avançada do ponto de vista de monitoramento,
829 porque ela vislumbra uma integração de águas urbanas. Então, você vai monitorar ao mesmo
830 tempo as questões dos esgotos, a questão da própria água do rio, em termos quantitativos,
831 qualitativos. É uma proposta bem ousada, então ela também entraria aqui na carteira, digamos
832 assim, de projetos, de iniciativas de intervenções da Operação Urbana Consorciada. Só mais
833 um slide para detalhar aquele dispositivo da separação do escoamento de tempo seco. Então,
834 aqui a gente vê uma rede de drenagem que normalmente chega ao Arroio Dilúvio, ela ganharia
835 esta caixa, que aparece bem à esquerda na foto e ali tem, no fundo da caixa, um coletor que vai
836 conduzindo o escoamento quando não está chovendo e bem no iníciozinho da chuva, porque o
837 início da chuva ainda arrasta uma carga poluidora significativa e esse escoamento seria
838 encaminhado para aquela CB 14, por cada uma daquelas CBs que eu mostrei e, depois, aqui na
839 ETE Ipanema, ela precisaria passar por um retrofit, ela hoje não está sendo usada. Com a
840 inauguração da ETE Serraria, que aparece nessa mesma imagem menorzinha à direita, ela, essa
841 é a ETE Serraria e ao lado dela, maior, a ETE Ipanema. Então, o esgoto, o escoamento de

tempo seco seria trazido para essa ETE por um emissário de cerca de 17 km. A gente já tem um emissário desse instalado, que é o do Programa Socioambiental, a gente precisaria de um segundo para trazer esse escoamento do Arroio Dilúvio. Então, um detalhe muito rápido assim, mas para deixar bem claro como se concebeu esta solução, ainda que ela seja bastante onerosa, ela consegue atenuar, de forma muito significativa, principalmente em tempo seco, o escoamento que ainda chega ao Dilúvio contaminado. Obrigado. Devolvo para o Marcelo aí para ele encerrar os próximos passos e a gente fica à disposição. **Marcelo Ignatios, Consórcio Operação Urbana Arroio Dilúvio:** Só para a gente poder colocar a última tela. A gente está, aqui junto com a Smamus, estabeleceu um cronograma. Então, durante o mês, final de outubro e novembro, a gente vai ter algumas sessões, mais exclusivas assim, do tipo com um fórum qualificado como este conselho que a gente tem aqui hoje, amanhã o Conselho do Meio Ambiente e, mas particularmente, uma atenção especial aqui, à agenda que vai ter de consultas públicas no corpo a corpo, ao vivo, em que a gente vai poder ter espaço para discussão, já com uma qualificação um pouco melhor, um conhecimento um pouco melhor deste processo que se inicia agora aqui em outubro. Então lá, daqui a 1 mês e ½, mais ou menos, a gente vai estar indo a campo, junto com a prefeitura, 2, 3, 4 e 5, uma ação voltada para cada uma das ATIs, bem no sentido da gente escutar demandas locais, questões, enfim, essa calibragem que é tão importante para o projeto. Finalizamos aqui a nossa apresentação. Eu vou parar de compartilhar e devolver a palavra para a Secretária. **Gabriela Brasil, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, está bem. Obrigada, Marcelo. Presidente, eu tenho quatro inscrições. Eu tenho a inscrição do Conselheiro Felisberto, Conselheira Jussara, Conselheira Daniela e Conselheiro Fernando. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Pois não. Mas antes de passar a palavra para os conselheiros, para as suas considerações, eu quero parabenizar o Marcelo, o Sidney, toda a equipe que fez parte deste trabalho, a coordenação da Arquiteta Rovana, aqui pela Smamus. Trabalho muito interessante, muitas informações. A gente está tentando sedimentar todas essas informações. Com certeza, vão ser bastante importantes, interessantes essas audiências públicas. Então, Secretária, vamos ficar com a incumbência de passar, de publicizar essas audiências públicas para todo o

conselho, enfim, para todos os interessados, mas muito interessante, bastante interessante o projeto. Eu acho que contempla praticamente todas as áreas da vida urbana, especialmente nesse contexto dessa bacia hidrográfica e deste sítio urbanístico de Porto Alegre, bastante importante. Parabéns pelo trabalho. Eu acho que, ao longo do tempo, a gente vai ter mais esclarecimentos e talvez a gente possa, com mais esclarecimento, até contribuir ou, enfim, interagir mais com esse processo. Parabéns a toda a equipe. É só, antes de passar a palavra para o primeiro inscrito, Felisberto, eu gostaria de estabelecer o seguinte, que todos os inscritos, que agora nesse momento tem o Felisberto, Jussara, Daniela e Fernando, fizessem suas considerações com o máximo de 2 minutos e depois, então, das quatro considerações, nós passamos a palavra para o Marcelo ou para o Sidney, para que eles possam, possam esclarecer dúvidas que, por ventura, ocorrerem. Mas antes disso, eu pergunto à Rovana, se quer se pronunciar, antes de passar a palavra para os conselheiros? **Rovana Reale Bortolini, Diretora da DPPS:** Na verdade, só quero agradecer a apresentação do consórcio. A gente vem trabalhando durante muito tempo, foram muitas conversas, com muitos atores, ao longo desse momento. Então, agora eu acho que é o momento de a gente escutar os conselheiros. Muito obrigada. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** OK. Então, Conselheiro Felisberto, 2 minutos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, 2 minutos para avaliar o nível de informações que a gente recebeu é... Mas eu queria, em primeiro lugar, dizer que a região, a RGP 1, o Fórum de Delegados nunca foi consultado. Então, eu já queria convidá-los, o Sidney, a Rovana e o Marcelo, para que façam uma apresentação no Fórum de Delegados da região. É o fórum que discute a questão da região, da RGP 1, que envolve 17 bairros. É importante, ao longo do Dilúvio, quase 60% do arroio está na RGP 1. Então, é importante que os conselheiros e as comunidades ao largo do arroio possam avaliar a implicação dessa intervenção da Operação Urbana Consorciada. Essa é a primeira observação. A segunda, foram algumas colocações que foram feitas no chat. Por exemplo, como ficam as comunidades já existentes? Como a Planetário, Condomínio dos Anjos, Cachorro Sentado, essas comunidades, a própria Aliança e Renascença 1, que é mais próximo do Centro Municipal de Cultura. Então, são comunidades que já estão há anos e que necessitariam de

900 melhorias e de um processo de regularização, porque até hoje não estão regularizadas. Sei que
901 não é tarefa do consórcio, mas me preocupa essas comunidades, porque teve todo um
902 processo do Orçamento Participativo, ao longo de 20, de 16 anos, em que essas comunidades
903 pleitearam as suas intervenções e a primeira obra de regularização que tiveram foi, exatamente,
904 a Planetário. Então, é importante que a gente reconheça este território, essas identidades.
905 Então é isso. Então, desde já, eu queria convidá-los para uma reunião, na próxima reunião do
906 fórum, que possam apresentar essa Operação Urbana Consorciada ao Fórum de Delegados.
907 Era isso. Obrigado e espero que tenha me atido aos 2 minutos. **Antônio Carlos Zago**
908 **(Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Perfeito.
909 Obrigado, Conselheiro Felisberto, pelas suas colocações e contribuições e ficou consignado
910 então, para depois o Marcelo e o Sidney fazerem, se manifestarem a respeito. Na sequência, a
911 Conselheira Jussara. **Jussara Kalil Pires (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**
912 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite! Primeiro eu queria parabenizar pela
913 apresentação que eu achei clara e interessante, e mandar um abraço aí para o Sidney e para a
914 Karina. Mas, assim, eu aponte aqui algumas dúvidas. A primeira consideração que eu enxergo
915 e assim, me angustia, que um projeto desse, me parece que tem um certo conflito com as
916 coisas que já vêm sendo aprovadas, ou estão em fase de aprovação nessa região, que me
917 parece muito distantes do que foi pensado, pelo menos, assim, naquela concepção. E até
918 também eu gostaria de pedir que fosse disponibilizado para os conselheiros essa apresentação,
919 para que a gente possa fazer discussões internas, que eu acho que na Abes seria muito bom a
920 gente discutir e a apresentação dá os elementos. Fica bem mais fácil. E, bom, o que eu senti, e
921 aí tem a ver um pouco até com a minha formação, minha dificuldade, digamos assim, foi uma
922 apresentação conceitual. Entendi que é, mas eu fiquei olhando e fiquei tentando enxergar onde
923 é que estariam os espaços que seriam transformáveis, como foi ali colocado, para poder
924 viabilizar o parque. Eu entendo, assim, conceitualmente me parece inteligível, mas eu gostaria
925 de ter, assim, alguns exemplos práticos de: "Ah! Tem este lote por aqui, ou essa região, por
926 exemplo, poderia ser transformado desta forma". "Ah! Consegue fazer uma renovação em
927 determinadas regiões que estão ocupados e que poderia ser feito algum tipo de renovação e
928 mudar a cara". Tudo bem, acho que é isso que está por trás, mas senti falta de ter essas coisas,

algumas ideias, para que a gente que não é arquiteto e que não tem esse cacoete de vislumbrar a transformação urbana, que a gente conseguisse enxergar. Ficaria mais fácil de compreender, né? Me pareceu bastante interessante a proposta, mas eu me senti, assim, com um pouco de dificuldade de enxergar a viabilidade prática dessa transformação, dessa criação desse parque, né? As outras coisas eu consigo entender, mas a gente que passa pela Ipiranga parece tão impossível aquela transformação, que eu gostaria de enxergar um pouquinho melhor. É isso.

Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON: Obrigado, Conselheira Jussara. Conselheira Daniela. **Daniela Beling Pinheiro (Titular), OAB-RS:** Boa noite! Boa noite a todos. Eu gostaria de, primeiramente, parabenizar pela apresentação realizada aqui, desse processo todo de repensar o Arroio Dilúvio. É fundamental para a nossa cidade. Não tem como a gente não repensar as estruturas urbanas, de uma maneira macro, e me parece, pelo que foi apresentado aqui, que o projeto busca atender diversas frentes, não só a questão ambiental, como a questão também do acesso da mobilidade e isso é muito importante. Ao longo dos anos, eu pude experimentar aí algumas questões importantes que me preocupam, claro, com certeza, como a questão da despoluição do Guaíba, os projetos que acabaram ficando para trás e não foram adiante. Então, eu fico feliz de ver se estar pensando a cidade e se estar planejando, porque este sempre é um problema que a gente tem aqui no Brasil, é não haver este planejamento, não se pensar as coisas antes. Então, fico bem feliz com a apresentação. Acho que ela foi bem ilustrativa. A gente vai ter, acredito que um maior detalhamento futuro, depois dos projetos. E eu tenho um questionamento bem específico, assim bem de curiosidade, de saber como é que vai ser feito esse, esse projeto vai ser executado, como é que está sendo pensada a questão, realmente, das áreas de Reurb, das consolidações que já se encontram ao longo do Dilúvio, principalmente ali a questão que eu acompanhei ao longo dos anos, tanto com o estado, quanto com o município, ali da São Pedro e da São Judas, que são comunidades que estão localizadas há bastante tempo ali. Como é que a gente vai poder visualizar, de uma maneira efetiva, essa requalificação dessas áreas, né? Bem por curiosidade, para a gente saber como é que vai ser esses benefícios. Acho que é uma, me parece uma, o sistema de arborização parece ser bem interessante. Eu já tive uma, participei de uma apresentação da questão da poluição do Dilúvio, que começa ainda lá em Alvorada e vem

descendo e vem, né, acaba impactando aqui na cidade de Porto Alegre. Então, assim, primeiro eu gostaria de dizer que fico muito feliz pela apresentação do projeto, espero que tenha um bom êxito. Em segundo, gostaria só de um esclarecimento sobre essas questões, sobre a regularização fundiária. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** OK. Obrigado, Conselheira Daniela. Conselheiro Fernando, 2 minutos. **Fernando Campos Costa (Titular), Amigas da Terra:** Também iniciar parabenizando pelo trabalho. A gente tem como princípio o respeito ao trabalho, acho que todo trabalho deve ser respeitado, deve ter uma importância. Então, acho que a primeira equipe aí que se debruçou e buscou levantar elementos, acho que é importante trazer essa, acho que é um trabalho que está em andamento, tem uma boa caminhada pela frente. Mas, para além disso, o formato disso, eu acho que, primeiro, o que deu start nesse processo? Não foi este conselho, foi uma iniciativa da prefeitura. Outras iniciativas, que também, de repente, construiria um debate bem mais ampliado, como concurso público, que poderia ter sido feito para desenvolver uma proposta e outras formas de fazer que ampliariam a participação e essa relação. Acho que a gente tem alguns históricos aí na cidade, de projetos desse tipo, desse vulto, onde, realmente, a prioridade tem sido o setor imobiliário. Como a gente tem visto, ele é priorizado na narrativa, na proposta. Tem as propostas de moradia popular, mas na hora da implementação, a gente vê somente o que interessa ao setor imobiliário, né? A quem está, quem já tem privilégio na cidade. Então, a gente tem uma lista de prioridades que eu acho que é importante, só ver a situação da Tronco aí que a gente está inaugurando sem ter produzido as moradias ainda. Então, as famílias ainda continuam sem casa e a prefeitura está inaugurando com um feito, como não tendo concluído. Eu acho que a relação também de falar que os diques falharam, eu acho que o que falhou foi a manutenção desses diques, não em si os diques, né? Então, essa relação também com uma revisão do Plano Diretor, eu acho que é uma obra de um tamanho, de um montante, que deveria estar, no mínimo, estar no processo da revisão do plano para poder ser consultada a cidade e essa articulação compor com este Plano Urbanístico da cidade, essa revisão sendo a Ipiranga um eixo central da cidade, com uma importância bem grande. Outro ponto que o pessoal já questionou: quem são os atores que foram consultados? Nós não fomos consultados, o conselho não foi consultado, as nossas

987 entidades não foram consultadas. Então, eu queria saber quem foi consultado para ter essas
988 informações até agora. E, pelo que eu vi, os vazios urbanos foram consultados, como a gente
989 questionou na semana passada, o espaço. Estou concluindo, tá? E então a gente vê que esse
990 uso, da especulação, com vazios urbanos, com área com infraestrutura, a gente continua
991 vendo. Então é isso. Eu acho que é muito importante que a gente tenha esse espaço de debate
992 aí e que tenha uma continuidade dessas discussões, para a gente poder que não seja só para
993 alguns este projeto. Obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da**
994 **Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, Conselheiro Fernando. Agora com a palavra o
995 Conselheiro Ricardo. **Ricardo Vellinho Ruschel (Titular), Associação Rio-grandense dos**
996 **Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Boa noite! Vou ter que ser rápido, se não eles não vão
997 ter tempo para responder. Mas, claro, obviamente parabenizar toda a equipe, assim, um
998 trabalho fantástico. Eu sou arquiteto, trabalho com projeto há mais de 25 anos, assim, e está
999 dando para ver a consistência, a maturidade, mesmo que ainda num estudo, que vocês, claro,
1000 tem muita coisa, muita água para rolar. Então, assim, parabéns. Eu acho que isso vem em
1001 conta inclusive do que o Gomes falou no início da reunião, do quanto existe um poder público
1002 que está olhando para a cidade, está olhando para a frente, a gente precisa mudar essa cidade,
1003 para atrair pessoas para, para diminuir essa, essa, esse déficit habitacional que a gente está
1004 tendo. Mas, então, assim, eu tenho três perguntas básicas. Uma é o seguinte: a respeito desta
1005 outorga onerosa, porque, pelo que eu pude ver, existe uma mancha bem ampla que vai ali ao
1006 norte na Protásio Alves e ao sul, na Bento Gonçalves. Eu queria saber se a, a, os recursos
1007 oriundos para, para estabelecer essa Operação Urbana Consorciada vão ser a partir dessa
1008 mancha toda, vão ser a partir dos stocks que a gente tem hoje em dia. Enfim, eu queria saber
1009 um pouquinho como é que vai ser essa dinâmica. Segundo, eu queria saber um pouquinho se já
1010 tem cronogramas de próximos passos depois dessas audiências públicas, né? E terceiro, eu
1011 acho que o mais importante de tudo assim, é sobre a gestão desse processo como um todo. A
1012 gente sabe que isso é um, é um projeto de cidade, não é um projeto de governo. Então, assim,
1013 eu rogo aqui e peço que exista uma gestão muito forte e que seja uma gestão que ela
1014 independa de partidos políticos, de prefeitos e tudo o mais. Então, assim, que seja algo que,
1015 porque isso aqui, eu vejo que é de 10, 20, 30 anos que isso vai acontecer. Então, assim, só esse

pedido que eu faço, que a gestão seja realmente algo independente. Obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** É um projeto de Estado, não de governo. Perfeito. Concordo. Por último, o Conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Bom, chovendo no molhado, agradecer o pessoal, aí, que fez, a turma que fez a apresentação. Eu acho que nós temos ainda, vamos ter mais dúvidas, para isso vão servir as audiências públicas, né? Mas eu reforço o que o Ricardo acabou de falar, especialmente com relação à gestão desse processo, como vai funcionar, como é que vai ser. É importante que a gente tenha uma visão sobre isso. E, logicamente, nós temos que preparar a cidade para o futuro, não é só 20, 30, mas 100, né? Enfim. Era isso só que eu queria registrar, tá? Obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Muito bem. Obrigado a todos os conselheiros. Eu passo a palavra. Marcelo, Sidney, quem vai fazer os comentários em cima dos comentários feitos pelos conselheiros? Eu sei que as perguntas, os questionamentos se ampliaram mais ainda e teremos as audiências públicas para ter mais e mais esclarecimentos. Então, nós temos aí o espaço de mais 12 minutos, até encerrar a reunião e vocês tentem ser mágicos e respondendo com 12 minutos. **Marcelo Ignatios, Consórcio Operação Urbana Arroio Dilúvio:** Sim, sim, mas eu acho que, já falei tanto que eu estou aqui precisando tomar água. Mas acho que as perguntas todas foram muito... Fico feliz com as perguntas, aquilo que nos cabe, é claro. Acho que boa parte do que nós estamos fazendo é como um instrumento para a prefeitura, para a Smamus, para, enfim, para a sociedade como um todo, para vocês que são beneficiários diretos disso. O que, de maneira, assim, bastante tranquila, eu queria dizer que a gestão da operação urbana, ela já começou, na medida em que a prefeitura inicia esse processo, de uma maneira ampla. Quer dizer, não foi um concurso de projeto, mas ele foi uma concorrência pública. A gestão sobre esse território já deu atenção a ele e o que nós fizemos durante o processo de diagnóstico, foi um processo de muito diálogo. A gente conversou com o pessoal de trânsito, pessoal de obras, o pessoal, especialmente o Departamento de Habitação de Porto Alegre, no sentido de entender o mapeamento minucioso que o DEMHAB vem fazendo sobre populações vivendo em área de risco, populações que precisariam ser reassentadas porque estão em local

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1045 vulnerável, que não tem como manter e urbanizar, né? E consolidar aquela ocupação. Então,
1046 eu acho que a gestão sobre o território, ela já existe, ela já está acontecendo. É claro que,
1047 como colocou, acho que foi o Ricardo, ela hoje está sujeita a este momento político, que a
1048 iniciativa tomada por este, por esse grupo, por esse Executivo, que hoje se encontra liderando
1049 a prefeitura. A garantia de que este processo vai seguir em frente, também de uma maneira
1050 ampla e que continue com a escuta e este monitoramento, nós estamos propondo, aí eu queria
1051 frisar, a operação urbana, ela vai se, se, ela vai chegar, a porta de saída da Operação Urbana é
1052 uma lei. E essa lei, está dentro do escopo do consórcio aqui, a pedido da prefeitura, a
1053 elaboração de um projeto de lei, a ser submetido, obviamente, à Câmara dos Vereadores,
1054 contém várias das medidas que diz respeito à gestão. Uma delas ficou ali só ensejado na
1055 apresentação de hoje, uma delas é a criação de uma agência, de um departamento exclusivo, de
1056 uma subsidiária, vamos dizer assim, da Smamus, ou de alguma outra entidade da prefeitura,
1057 uma outra secretaria, ou um conjunto de secretarias, que possa olhar para este território, para
1058 o portfólio de obras, para o portfólio de investimentos que possa fazer sentido com as obras
1059 que já vêm sendo implementadas ou pensadas pela prefeitura. Então, a operação urbana,
1060 voltando ao começo da minha fala, ela é a parte pelo todo, né? Ela é uma forma de materializar
1061 realizações físico-territoriais que tenham consequência com o resto da cidade. Ela não é
1062 isolada de maneira nenhuma. Ela não pensa de dentro para dentro, ela pensa de dentro para
1063 fora e ela escuta, ouve, apropria-se de ações, soluções que estão sendo pensadas de fora e tem
1064 repercussão dentro. Então, só para não deixar de mencionar ainda nesse quesito da
1065 perpetuidade, da visão de longo prazo, a regularização fundiária, o reassentamento, a
1066 manutenção das populações no local, que eu acho que foi algo que sempre é algo muito
1067 sensível, delicado para as questões de quem hoje mora dentro do território que vai sofrer um
1068 processo de transformação territorial, ela vai ter que ser acompanhada, passo a passo, de muito
1069 perto, seja por parte desse grupo de gestão da futura Operação Urbana Consorciada, seja por
1070 parte das associações de bairro, aquelas que fazem, que vocalizam as demandas locais. Com
1071 relação à outorga onerosa, sim, a ideia vai ser, dentro deste projeto de lei que a gente vai
1072 desenvolver ao longo dos próximos meses, a captação do recurso financeiro, ele é exclusivo.
1073 Então, a gente não vai trabalhar com o estoque geral da cidade. A gente vai trabalhar com um

estoque específico, estoque esse que vai ser licenciado, tem um limite, não é sem limite esse volume de construções, e é um estoque cujo capital, cuja transposição em dinheiro, em valor financeiro, ele é o que vai dar suporte ao conjunto, ao maior conjunto de obras previstas naquele portfólio, naquela carteira, do Programa de Intervenção, do Programa de Interesse Público. Então, sim, vamos trabalhar com esse regime da outorga onerosa, dentro de todo esse perímetro, da Protásio à Bento e, enfim, da Praia de Belas ali, próximo do lado leste. E a viabilidade econômico-financeira da Operação Urbana, ela é uma das componentes que nós estamos desenvolvendo. A gente não traz aqui, porque senão já foi um volume muito grande de informação. Acho que isso vai sendo amadurecido, sendo amadurecido ao longo dos processos de discussão da operação urbana. E esse é o cronograma, o cronograma é hoje, a gente abrir com este assunto, estes assuntos, introduzir o tema para vocês e iniciar esse processo de debate público, para que ao longo do início do ano que vem, inclusive, e até eu diria que até mais uns 3 ou 4 meses do próximo ano de 2025, a gente chegue num processo de audiência pública e aí sim, empacota tudo isso dentro de mapas, quadros de parâmetros, viabilidade econômico-financeira, e um projeto de lei a ser submetido à aprovação da Câmara de Vereadores. Acho que eu corri aqui todos os grandes temas. Ah, o parque. Só para dizer a questão do parque linear, que, como é que, como é que a gente vai fazer este parque linear? Claro que, nessa escala conceitual, a gente não consegue enxergar, mas as plantas que são específicas de cada ATI, ela aponta terrenos que, em que o processo de transformação vai surgir um prédio. Tem um terreno que é um estacionamento, o prédio ou prédios que vierem a ser edificadas neste terreno, nesse conjunto de terrenos, ele já tem ali a determinação de que parte dele vai ser destinada a este equipamento parque linear. Ele vai se integrar ao sistema de outras áreas verdes do parque linear. Então, existe um consorciamento, não só da atividade imobiliária, do ponto de vista financeiro, mas um consorciamento da tipologia. Então, terrenos serão destinados ao parque e caberá à prefeitura, via Operação Urbana Consorciada, a execução desse parque. A manutenção, que alguém fez a pergunta, acho que foi o Felisberto aqui no chat, a manutenção ela pode ser feita de diversas maneiras. Ela pode ser feita pela própria agência pública, essa coordenação da Smamus. Ela pode ser feita por uma concessão ou concessões privadas, mediante certas regras e certos encargos. Então, a gente, a operação

urbana, mais uma vez e a última, ela articula obras, programas, projetos e soluções. Então, ela traz para a prefeitura a opção de uma série de novas concessões ou de novas obras públicas, mantidas pela própria prefeitura, que articuladas dão corpo a esse todo aí. Se o Sidney quiser fazer algum complemento, Sidney, ou se pelo adiantado da hora, a gente já conclui. **Sidney Agra), Consórcio Operação Urbana Arroio Dilúvio:** Só, só dois pontos, Marcelo. Ali que passou, foram muitos, né? Mas cronograma, que foi a pergunta do Ricardo ali. Então, consulta, dezembro, e a gente tem um tempo aí no começo do ano que vem para revisar as propostas, enfim, consolidar os estudos, apresentar o estudo de impacto e então, o contrato do consórcio tem este horizonte temporal aí ainda de um pedaço do primeiro semestre do ano que vem. A implementação é um negócio de mais longo prazo, como você mesmo falou. Aí vai depender muito do próprio ritmo, do interesse do mercado, né? E lembrando, apareceu ali no organograma que o Marcelo mostrou, que a própria receita da venda dos índices não é a única receita para a operação. Vai, por ter essa conta junto do saneamento, da despoluição, os investimentos sobem demais e aí, consequentemente, vai precisar de aporte de outras fontes também. Sobre uma pergunta que foi feita sobre quem foi ouvido, na verdade, a primeira rodada de consultas é a de dezembro, não houve eventos anteriores. O que houve foi um esforço de coleta de informações. Então, a gente foi na academia, foi na universidade, a gente foi na Metroplan, a gente foi no Comitê do Lago Guaíba, enfim, algumas entidades que geram informação sobre o próprio, entender o panorama do mercado imobiliário, enfim. Então, foi muito nesse sentido, foi uma rodada de conversas para coleta dos dados que foram usados nos diagnósticos, como também houve muito dado gerado a campo. Na área de saneamento, 10, 12 pontos de coleta de amostra de qualidade de água, em duas campanhas, todas as redes que afluem ao Guaíba, ao Dilúvio, foram amostradas e analisadas, coleta de sedimentos de fundo do Dilúvio, enfim, houve um esforço grande, contagem de veículos. Então, há um esforço grande de geração de dados em campo também, para subsidiar esses diagnósticos que levaram, então, a essa proposição. Então, a primeira rodada de eventos é essa. Sobre o convite para outras reuniões, outras apresentações, canalizem na Smamus, né? A Rovana está aqui, e se couber na agenda, se der, certamente, a gente pode fazer essas conversas, sim, do maior interesse que a gente possa discutir as propostas, mesmo previamente às consultas públicas.



**Prefeitura de
Porto Alegre**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1132 Então, eu acho que agora, com esse pequeno complemento, foram todos. A gente agradece
1133 muito a paciência de vocês de terem ouvido, estar no final aí do tempo protocolado da reunião.
1134 Então, devolvo a condução ao Presidente Zago. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato**
1135 **das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Muito bem, mais uma vez agradeço
1136 Marcelo, Sidney e Rovana por essa apresentação, esclarecimentos. E desejamos que continue,
1137 siga nesse caminho e que esse projeto seja um grande projeto para a cidade. Como li aqui no
1138 chat: que seja complementar a outros grandes projetos que têm sido feitos, como da Orla e
1139 outros tantos que ainda vão, né? Vão nascer. Parabéns pela condução, Rovana. Parabéns pela
1140 elaboração, Marcelo, Sidney. E esperamos que numa outra oportunidade, vocês já tragam mais
1141 informações sobre, sobre esse projeto. E as audiências públicas, sem dúvida, vão ser muito
1142 importantes para que a gente possa ter uma participação mais efetiva. Gostei muito do que vi,
1143 do que ouvi, e eu acho que os conselheiros, a grande maioria, também. Estamos já no final do
1144 nosso tempo, 20 horas, perdão, estamos encerrando. Agradeço, então, a todos os conselheiros,
1145 à presença de todos. Na próxima reunião, voltamos às nossas pautas normais para análise de
1146 projetos. Uma boa noite a todos, obrigado, falamos na próxima semana. Tchau, tchau.
1147 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de
1148 Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 20h00min, da qual foi lavrada a presente ata por
1149 mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção
1150 de veracidade.